



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: o desafio para a constituição de políticas voltadas para trabalho e educação

Antonia Marcia Meireles Ramos¹
Ronaldo Marcos de Lima Araujo²

Resumo: Este artigo discute as políticas públicas direcionadas a juventude, tendo como foco trabalho e educação. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, em livros, artigos, dissertações e teses, intencionando a produção de um texto capaz de subsidiar análises sobre a concretização de políticas para a juventude implementadas no Brasil. Como conclusão indica-se que essa temática tem uma discussão ainda recente nos espaços acadêmicos, carecendo de mais pesquisas e estudos acerca das categorias juventude, trabalho e educação e sua intrínseca relação. As políticas voltadas para os jovens devem contemplar os seus interesses, tendo-os como sujeitos e não como problema social.

Palavras-chave: Juventude. Trabalho. Educação.

Abstract: This article aims to discuss public policies directed at youth people focusing on work and education. The used methodology was the bibliographic research in books, articles, dissertations, and theses intending to produce text able to provide analysis on the achievement of youth policies implemented in Brazil. It is concluded that this theme has a still recent discussion in academic spaces, needing more researches and studies about the youth, work, education categories, and its intrinsic relationship. Policies aimed at young people should consider their interests taking them as individuals and not as a social problem.

Keywords: Youth. Work. Education.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Pará (UFPA). antonimeiras@hotmail.com

² Doutor. Universidade Federal do Pará (UFPA).



1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é tecer algumas reflexões acerca das políticas públicas direcionadas aos jovens, dando atenção especial às categorias juventude, trabalho e educação.

Perseguindo esse objetivo o artigo estrutura em dois momentos de discussão, o primeiro direcionado ao tópico: os jovens e as políticas públicas e no segundo momento: juventude, trabalho e educação. Ao discutir sobre os jovens e as políticas públicas, indica-se as políticas públicas em busca de respostas frente aos problemas mais emergenciais que a juventude brasileira sofre, como a violência, a prostituição infanto-juvenil, as drogas e o desemprego, dentre outros.

No tópico sobre juventude, trabalho e educação contextualiza – se a situação em que se encontram milhões de jovens, impossibilitados de enfrentar as transformações do sistema capitalista que vem ocorrendo desde final do século XX.

Faz-se uma crítica às políticas públicas voltadas aos jovens, por estas ter priorizado formações para a juventude de curta duração e pautado – se, apenas em atividades de ressocialização e ocupação dos jovens, ficando ainda no campo da informalidade. As quais de fato não proporcionam qualificação profissional que lhes assegurem uma melhoria na qualidade de suas vidas. Priorizando um modelo de educação que atende os objetivos mercadológicos.

Neste sentido entende-se que essas questões são caras ao campo das políticas públicas voltadas para os jovens, fazendo – se necessária sua discussão nos diversos espaços acadêmicos.

2 OS JOVENS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

As discussões acerca das políticas públicas voltadas para juventude na América Latina e no Brasil até recentemente tinham como foco a problemática da exclusão, percebendo os jovens como problema e risco à ordem social, motivo pelo qual eram planejadas essas políticas. Abad apud Sposito e Carron (2011) ao fazer uma análise das



políticas para juventude na América Latina classifica-as em quatro períodos, entre 1950 e 1980 a ampliação da educação e o uso do tempo livre; de 1970 a 1985 o controle social de setores juvenis mobilizados; de 1985 a 2000 o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito; e de 1990 a 200 a inserção laboral de jovens excluídos.

As análises dos autores dão conta que os modelos de políticas apresentados por Abad representam a realidade brasileira, uma vez que buscam responder aos problemas mais emergenciais, como a violência, a prostituição infanto-juvenil, as drogas e o desemprego, dentre outros, problemas que “incomodam” a ordem social. Por esse viés a juventude é vista como problemática, um suposto risco ao desequilíbrio da ordem social, condição para elaboração de políticas públicas para a juventude brasileira.

Embora as políticas para juventude a partir de 1990 tenham se direcionado a inserção laboral de jovens excluídos, a preocupação maior ainda estar no controle tutelar e repressivo do jovem, do que em seu bem - estar sócio – cultural. Nessa perspectiva é preciso socializar os jovens de forma que estes se adequem aos preceitos estabelecidos a uma boa vivência em sociedade (AQUINO, 2009). Parte do conceito de socialização, sociedade e família, compreendendo o jovem como um ser a se constituir, em transição e, que se desenvolve por etapas sucessivamente organizadas que lhe garante a incorporação dos elementos socioculturais, elementos estes que se “caracterizam por papéis típicos do mundo adulto, como trabalhador, chefe de família, pai e mãe, entre outros” (AQUINO, 2009, p. 23).

No final do século XX essa visão de juventude como uma preparação para a vida e para o mercado de trabalho que requereria um tempo até chegar à vida adulta, se modifica em função de mudanças estruturais na distribuição da população em todo mundo, havendo um crescimento acentuado no número de jovens. Momento em que estes deixam de ser vistos como problema e passam ser potencialmente importantes ao trabalho e ao desenvolvimento socioeconômico.

Neste sentido as políticas que antes eram destinadas contenção da delinquência e ao ajustamento dos jovens aos padrões sociais vigentes, passam a ter um novo enfoque, o da preparação para o trabalho, requerendo investimento na área de educação para a formação de mão-de-obra e capital humano³.

³ ¹A teoria do capital humano formulada por Theodoro Schultz em que agregava à teoria de Cobb Douglas o fator “H” que influenciaria no desenvolvimento e subdesenvolvimento entre os países. A teoria consiste em que ao acrescentar a instrução, treinamento e educação correspondem ao crescimento da capacidade de produção, ou seja, a capacidade humana relacionada a ideia de



A nova configuração da sociedade econômica exige mudanças nas políticas públicas para juventude, de forma que estas viessem a atender não somente escolarização, as também a qualificação profissional, o uso do tempo livre, saúde, participação na política, dando vazão ao protagonismo juvenil⁴.

No Brasil a partir dos anos de 1990 com a crise econômica que assolou o País ameaçando a entrada dos jovens no mercado de trabalho e a estabilidade à vida adulta pela crise do desemprego, fará surgir duas tendências entre os jovens.

Os jovens oriundos de famílias economicamente privilegiadas adiariam sua iniciação profissional, estendendo sua formação educacional vislumbrando uma colocação melhor no mercado de trabalho, nesse ínterim seriam tutelados pelas suas famílias (AQUINO, 2009).

Quanto aos jovens pobres, da classe trabalhadora, que não lograram a mesma sorte que os das classes abastadas seriam obrigados a trabalhar submetendo-se, muitas vezes, a empregos precarizados para ajudar na renda familiar. Sem condições financeiras para manterem-se, estes jovens continuariam a depender de suas famílias, ainda que de forma precária, em ambos os casos postergam a sua emancipação e mobilidade social.

O quadro ora desenhado nos leva a concluir que até início dos anos de 2000 não havia de fato política pública voltada para a juventude, que respeitasse os anseios e as necessidades dessa fase da vida, vendo os jovens como sujeitos de direitos.

Esse entendimento da diversidade juvenil e da condição de sujeito dos jovens, sobretudo filhos da classe trabalhadora, é fundamental para a formulação das políticas de educação e qualificação profissional da juventude, uma vez que quase sempre as ações nesse setor são definidas apenas por critérios econômicos - sem a devida consulta aos próprios jovens a respeito de suas disposições -, o que gera políticas de controle social e amoldamento da juventude aos interesses do mercado de trabalho. (SILVA, 2012, p. 166).

Com o estabelecimento do Ano Internacional da Juventude pela Organização das Nações Unidas (ONU) e de agências intergovernamentais como a Organização Ibero-

quantidade, com a acumulação de conhecimento, habilidades e atitudes adquiridas potencializaria a capacidade de trabalho e produção. Ver FRIGOTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real.

⁴ Protagonismo juvenil diz respeito à atuação do jovem no contexto em que vive, envolvendo com questões relacionadas à juventude, reivindicando seus direitos como sujeitos e contribuindo a partir da sua participação responsável na resolução de problemas vividos em sua comunidade ou na sociedade. “A emergência do enunciado protagonismo juvenil (...) só foi possível graças a uma concepção de espaço público que em indivíduos isolados- atores sociais – encontram-se para negociar interesses. De acordo com essa concepção o próprio indivíduo é grande responsável pela sua inserção no mercado de trabalho pelo acesso a serviços (não direitos) a educação, saúde, segurança, etc..., enfim pela sua “inclusão” na sociedade”. (SOUZA, 206, p. 62-63)



Americana de Juventude (OIJ), instaura-se uma discussão voltada à juventude e suas necessidades a partir de 1985, embora ainda com um viés mercadológico e de controle.

No Brasil as ações orientadas pela ONU não repercutiram na agenda das políticas nacionais para formulação de políticas públicas direcionadas a juventude, visto que o foco naquele momento era aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Mesmo sendo inegável o avanço que essa lei trouxe para políticas direcionadas às crianças adolescentes e jovens até dezoito anos de idade, não se pode negar que os jovens fora dessa faixa etária ficariam desassistidos.

Com o processo de redemocratização do País a partir da elaboração da nova Constituição Federal de 1988, a juventude passa a fazer parte das discussões políticas. Mas o que levou de fato a questão da juventude a integrar agenda nacional, foram os casos de violência de grande repercussão nacional.

Dentre eles temos os casos da morte do índio pataxó Galdino de Jesus dos Santos, a chacina da Candelária no Rio de Janeiro e as constantes rebeliões das unidades socioeducativas⁵, mais uma vez as políticas implementadas tinham como viés a contenção da violência e dos comportamentos de riscos e transgressão juvenil.

Ao final dos anos de 1990 surgem na esfera federal, estadual e municipal, ações conjuntas, entre as organizações governamentais e não governamentais (ONGs), empresários e Poder Executivo, sendo estas políticas destinadas às populações em situação de risco, vulneráveis socialmente. Muitas destas propostas foram orientadas pela visão de juventude como problema social.

A partir da década de 1990 tem-se amplo processo de discussão entre governo e movimentos sociais acerca a juventude que passa a ser ponto de pauta nas políticas públicas. As discussões giravam em torno das questões mais urgentes dos jovens em situação de vulnerabilidade e risco, por outro lado encontra-se espaço para discussão mais ampla no sentido da inserção desses jovens nos vários campos da sociedade e integração dos mesmos na esfera social. Desse processo várias ações foram efetivadas como a realização da Conferência Nacional da Juventude; criação do grupo Interinstitucional ligado à Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), criação do Projeto Juventude e do Instituto Cidadania, entre outros.

⁵ Episódio que ocorreu na capital do País em 1997, em que três jovens da classe média ateia fogo no índio pataxó Galdino de Jesus que dormia em um ponto de ônibus. Os jovens alegaram ter sido brincadeira e que estivessem ateando fogo em um mendigo. Esse caso como o da Chacina da Candelária em que adolescentes e jovens moradores de rua foram vitimados por policiais, além desses dois casos de grande repercussão nacional as rebeliões constatadas nas unidades de ressocialização dos menores levaram a sociedade e as



Em 2005 foi criada a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) órgão executivo ligado à Secretaria Geral da Presidência da República objetivando articular os programas de juventude existentes nos diversos órgãos do governo federal no sentido de um melhor aproveitamento dos recursos. Após o trabalho de diagnóstico das políticas já existentes foi identificado uma frágil institucionalidade, fragmentação e superposição das políticas para juventude sugerindo uma coordenação e articulação em prol de uma integração dessas políticas.

Ao final desse processo estavam aí materializadas as políticas públicas para a juventude culminando num Projeto Integrado. Em 2007 esta passa a ser a política direcionada aos jovens de 15 a 29 anos, do campo e da cidade. Contudo, faz-se necessário questionar que visão de educação e trabalho perpassa essa política governamental?

3 JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO

Buscando ampliar as discussões acerca das políticas públicas para juventude entende-se que o trabalho e a educação devem ser o foco principal dessas discussões. Todavia, para Abramo (2007), as políticas continuam sendo geralmente focalizadas, de curta duração buscando de modo geral, apenas ressocialização e ocupação dos jovens através de atividades não formais.

É nessa perspectiva que são direcionadas as políticas de educação e profissionalização voltadas para estes jovens que em função de um longo período de abandono vivem em situação de pobreza. Conforme Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD/IBGE)⁶ no Brasil havia em 2007, 50,2 milhões jovens entre 15 e 29 anos. Desses, 30,6% eram considerados pobres, pois viviam em famílias com renda domiciliar per capita de meio salário mínimo. Uma parcela intermediária, 53,7% com renda domiciliar per capita entre meio e dois salários mínimos, apenas uma pequena parcela dessa população, 15,7% vivia com renda domiciliar per capita superior a dois salários mínimos.

Os dados acima apresentados são ratificados quando se observa as

autoridades a discutirem juventude mais uma vez sob a ótica do problema.

⁶ Ver A política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In: Juventudes e Políticas Sociais no Brasil. Ipea, 2009.



estatísticas da IBGE⁷ acerca da taxa de desemprego da população entre 16 e 24 anos que em 2008 chegou ao patamar de 16%. E entre os ocupados, a informalidade, a falta de seguridade social e trabalhista chegava a 56,3% (FERREIRA e POCHMANN, 2011). Essa situação é o reflexo da reconfiguração do capitalismo com a reestruturação da economia onde o desemprego, a precarização do emprego, obriga a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Frigotto apud Silva (2012, p. 169),

Explica que o capitalismo contemporâneo é marcado por uma espécie de 'jovialização' da inclusão precária no trabalho, ou seja, cresceu o número de jovens que precisam trabalhar mais cedo, como forma de ajudar seus pais e complementar a renda familiar, mas estes são inseridos de maneira precária nos postos de trabalho existentes.

Os jovens que são obrigados a trabalhar para ajudar no sustento da família, geralmente, abandonam a escola engrossando a fileira dos analfabetos (quase 1,5 milhões) ou mesmo contribuindo para a elevação na taxa de distorção idade/série, visto que, em 2007, 32% dos jovens brasileiros entre 15 e 17 anos não concluíram o ensino fundamental.

Para Frigotto (2004),

O tema do trabalho precoce e educação dos jovens é fecundo para elucidar a contradição inerente ao sistema capitalista, entre a igualdade formal e a necessidade da desigualdade real entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores que vendem sua força de trabalho (FRIGOTTO, 2004, p. 13).

Segundo o autor a manutenção da sociedade capitalista se dá pelo acirramento das desigualdades, mesmo que a igualdade seja legalmente proclamada esta dissimula as desigualdades, pois está no campo dos direitos, mas estes direitos não são materializados na prática. A inserção de crianças e de jovens no mundo do trabalho, a exploração dos mesmos, e uma escola diferenciada aparecem desde o início reafirmado essas desigualdades (FRIGOTTO, 2004, p. 13).

A escola que deveria atender a todos como ação precípua de produção do conhecimento, construção de valores e desenvolvimento ético, estético do ser humano, ao longo da história não se materializa para os filhos dos trabalhadores. A esses caberiam desde cedo o trabalho, portanto, não restando tempo para a escola e tampouco ao lazer.

No aspecto específico do trabalho e da educação dos jovens da classe trabalhadora, a contradição se radicaliza tendo em vista que a maior produtividade do trabalho não só liberou mais tempo livre, mas, pelo contrário, no capitalismo central e periférico a pobreza e a "exclusão" ou inclusão precarizados *jovializaram-se*. Ou seja, cresceu o número de jovens que participam "de trabalhos" ou

⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



atividades dos mais diferentes tipos, como forma de ajudarem a compor a renda familiar (FRIGOTTO, 2004, p. 14).

O tempo e a energia que estes jovens dispensam nas atividades laborais lhes roubam as forças para permanecerem na escola com o mínimo de aproveitamento. Ou quando não, esta escola é tão precária que não lhes chamam a atenção, ocorrendo geralmente o abandono desta, engrossando as fileiras dos evadidos e dos defasados.

Em contra partida caberia à escola responder a demanda do capital com o papel de formação deste novo trabalhador. Para isso a mesma tinha como função o desenvolvimento de competências necessárias, reconhecidas pelo mercado como adequadas para a formação deste novo cidadão. “Aquisição dessas competências seria supostamente a condição fundamental para ter acesso ao mercado de trabalho, de relações cada vez mais instáveis e precarizadas”. (SILVA, 2012, p. 170).

Nessa perspectiva a educação voltada para juventude precisa atender esse novo perfil, possibilitando ao jovens uma formação que os permitam ser empreendedores e protagonistas de seus próprios destinos frente à volatilidade do mundo em que vivem.

Assim a pedagogia por competências em conformidade com o projeto de sociedade que vislumbra o atendimento do mercado, desconsidera a formação do jovem trabalhador de forma ampla “não interessa, assim os sabres reais dos trabalhadores na construção de uma proposta curricular para emancipação humana”. (ARAUJO e RODRIGUES, 2011, p. 26).

Conforme Frigotto (2010) uma educação pautada na pedagogia das competências que se estabeleceu a partir da década de 1990. Essa desconsidera e nega o direito de muitos jovens e adultos a terem uma formação educacional que possibilitasse o seu desenvolvimento físico, mental, afetivo, estético e lúdico ampliando sua capacidade de trabalho na produção de valores de uso como condição de satisfação de suas múltiplas necessidades.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As discussões sobre as políticas públicas no Brasil ainda é recente e requer um aprofundamento maior acerca dessa temática buscando contemplar os interesses daqueles a quem essas políticas são direcionadas. Portanto, se distanciando de um olhar focado no jovem enquanto problema.

As políticas públicas que visam atender os jovens, principalmente, os da classe



trabalhadora necessitam romper com a lógica mercadológica em que a exclusão se faz necessária para a manutenção do *status quo*. Essas políticas devem oportunizar aos jovens condições necessárias para que vivam essa fase da vida de forma segura, tendo seus direitos assegurados, direito a uma educação que possibilite o seu desenvolvimento como um todo, ao trabalho enquanto princípio educativo, ao lazer e a uma vida digna.



Para tanto, o projeto educacional que atenda aos interesses do capital pautado na pedagogia das competências, inviabiliza uma formação que venha atender aos preceitos de uma juventude solidária e não individualista. Uma educação que não responsabilize aos jovens pelos seus fracassos e sua exclusão social, por falta das “competências” necessárias para se ter um lugar no mercado de trabalho. Que não os alienem a ponto de engessá-los e os fazerem crer que de fato são os únicos responsáveis pelas condições de miséria em que vivem.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, 25-36 maio-dez, 1997. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a04.pdf>>. Acesso em: 07 de ago. 2012.19:00

ARAUJO, Ronaldo M. Lima. RODRIGUES, Doriedson S. Referências sobre práticas formativas em educação profissional. In: ARAUJO, Ronaldo M. Lima. RODRIGUES, Doriedson S. (org.). **Filosofia da práxis e didática da educação profissional**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011, p. 7-43.

AQUINO, Luseni Maria C. de. Introdução. A juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão de. et al (org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009 p. 23-39.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. POCHMANN, Marcio. Educação e juventude na sociedade pós-industrial. In: DUARTE, Adriana. OLIVEIRA, Dalila Andrade. (orgs.). **Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte, MG : Fino Traço, 2011, p. 239-260.

FRIGOTTO, Gaudêncio Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In NOVAES, Regina R. (org.) **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da. As especificidades das políticas de qualificação profissional para a juventude. In: OLIVEIRA, Ramon de (Org.). **Jovens, ensino médio e educacional profissional: políticas públicas em debate**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O discurso do protagonismo juvenil**. São Paulo: USP, 2006. Disponível em: < www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde.../tese_regina.pdf> Acesso 30/09/2012.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas



públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, 16-39, set-dez. 2003. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/juventude-e-politicas-publicas-no-brasil>>. Acesso em: 10 de ago. 2012, 23h45min12.